COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 2.962, DE 2008

Institui forma alternativa de pagamento dos débitos relativos a empréstimos e financiamentos à rede hoteleira nacional

Autor: Deputado **Marcelo Teixeira**

Relator: Deputado **Carlos Eduardo Cadoca**

I - RELATÓRIO

De autoria no nobre Deputado Marcelo Teixeira, o Projeto de Lei nº 2.962, de 2008 pretende instituir forma alternativa de pagamento dos débitos relativos a empréstimos e financiamentos contraídos pela rede hoteleira nacional.

O art. 2º define que os débitos de que trata o presente projeto de lei são os concedidos até 31 de dezembro de 2007, que se referem ao principal e encargos, vencidos e a vencer, renegociados ou não, obtidos por intermédio do Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou de seus agentes financeiros. Incluem-se também, os valores vencidos de empréstimos tomados junto ao sistema financeiro.

O § 1º do art. 2º determina que, sobre o saldo devedor consolidado, resultado da soma dos valores referentes aos incisos I e II do *caput* do mesmo artigo, incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros anuais sujeitos aos seguintes limites: dois inteiros e cinco décimos por cento por ano, para hotéis com até 30 apartamentos; três inteiros e cinco décimos por cento por ano, para os que contêm de 31 a 100

apartamentos; e seis por cento ao ano, para os que possuem acima de 101 apartamentos.

O parágrafo subsequente prevê que o saldo devedor consolidado será pago em prestações mensais e sucessivas, sendo o valor de cada parcela limitado ao percentual de cinco por cento do faturamento líquido do mutuário, auferido no mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela. Esta regra, porém, é flexibilizada no art. 3º, que prevê a possibilidade de comprometimento mais elevado, desde que demonstrada a capacidade de pagamento devedor e manifestada a concordância deste.

O art. 4º determina que a instituição financeira não poderá exigir garantias adicionais, relativamente àquelas já comprometidas nas operações objeto de renegociação. Na seqüência, o art. 5º prevê que, no limite dos bens herdados e em função das garantias prestadas, os herdeiros e sucessores responderão pelas dívidas renegociadas ao amparo da lei resultante da presente proposição. O art. 6º, por sua vez, estabelece que o não pagamento de três parcelas consecutivas ou de seis parcelas alternativas implicará a rescisão automática do contrato de renegociação, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, as condições de pagamento anteriores à renegociação.

Por fim, o art. 7º prevê a entrada em vigor da lei trinta dias após a sua publicação.

A proposição tramita em regime de apreciação conclusiva e não recebeu emendas, na presente Comissão. Será apreciada posteriormente pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, para análise do mérito, e de Finanças e Tributação para análise tanto do mérito quanto da adequação orçamentária, e ainda à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, para análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição do nobre Deputado é da maior relevância e urgência para o turismo de nosso país.

Como bem aponta o autor, nos últimos anos a rede hoteleira nacional efetuou importantes investimentos na expansão da sua capacidade, a tal ponto de o setor ser dos que mais crescem no Brasil. Como impacto, houve geração de empregos e propulsão da economia, inclusive de regiões menos desenvolvidas e de municípios pequenos. Por estes motivos, é meritória a proposição.

O projeto também merece nosso apoio porque houve, em decorrência de fatos além do controle dos empresários do setor, alteração no direcionamento do fluxo de turismo. Em parte, a própria valorização da nossa moeda fez com que turistas nacionais optassem por viajar ao exterior. O volume de gastos dos turistas estrangeiros não foi capaz de compensar a evasão dos demais. Assim, a rede hoteleira nacional se viu, e se vê ainda, pressionada por custos e desembolsos muito além da sua capacidade.

Pelas razões apontadas, **SOMOS PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 2.962, DE 2008.**

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado **Carlos Eduardo Cadoca**
Relator